



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 6.234, DE 2002

Dispõe sobre o tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e de fenilcetonúria, diagnosticados precocemente.

**Autor:** Deputado POMPEO DE MATTOS

**Relator:** Deputado CARLOS SAMPAIO

## I - RELATÓRIO

1. Cuida o projeto de lei em apreço do tratamento do **hipotireoidismo congênito** e da **fenilcetonúria**, a ser assumido pelo **Sistema Único de Saúde (SUS)**, através de sua **rede de unidades públicas** ou **conveniadas** (art. 1º).

2. Esse tratamento consistirá no fornecimento dos **medicamentos** necessários, bem como providências para a importação de **leite especial** para os casos comprovados de **fenilcetonúria**, durante o primeiro ano de vida da **criança** portadora dessa enfermidade (art. 2º).

3. A distribuição de medicamentos e do leite especial, a cargo da rede pública de saúde, exigirá comprovação do diagnóstico e **cadastro** do paciente e respectivo responsável (art. 3º).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

4. A **justificação** ressalta o aumento do número de recém-nascidos com **hipotireoidismo congênito** e **fenilcetonúria**, provocando complicações imediatas, impondo urgente intervenção do Poder Público, sabendo-se que o Ministério da Saúde não vem atendendo a essas hipóteses. Ocorrendo logo após o nascimento, o hipotireoidismo acarreta deficiência de crescimento, retardo mental grave, e outras conseqüências, sendo fundamental o **teste do pezinho**.

Quanto à **fenilcetonúria (PKU)**,

*“é uma doença metabólica autossômica recessiva, afetando aproximadamente 1 em cada 10.000 indivíduos da população caucasiana. O gene responsável pela PKU, o fenilalanina hidroxilase (PAH), foi clonado e seqüenciado, apresentado mais de 170 mutações diferentes. A freqüência das mutações encontradas em pacientes com PKU mostra diferenças interpopulacionais importantes. São poucos os dados de PKU relativos à população brasileira, assim como em populações negras. Não há dados sobre população indígena.*

*Esta doença genética causa um distúrbio no desenvolvimento cerebral pós natal resultando em graus variáveis de retardo mental em crianças não tratadas, diminuição da pigmentação cutânea e eczema, crises convulsivas e urina com odor característico, resultado da excreção de fenilcetonas na urina. Catarata e calcificações cerebrais também podem ser encontradas na PKU não tratada. Outra conseqüência importante da fenilcetonúria é a condição chamada “hiperfenilalaninemia materna” ou “PKU materna”. É caracterizada por alterações do desenvolvimento fetal observada em filhos de mulheres com PKU que não fazem restrição dietética durante a gestação. A sintomatologia varia de retardo mental, malformações congênitas múltiplas, até morte intra uterina. A freqüência de anormalidades congênitas aumenta com o aumento dos níveis de fenilalanina no sangue materno. O tratamento deste distúrbio genético consiste em uma dieta pobre em fenilalanina. A resposta é usualmente boa prevenindo geralmente um retardo mental. Entretanto, apesar do tratamento precoce, as crianças com fenilcetonúria apresentam valores de QI mais baixos do que o esperado, quando comparados com valores normais, dificuldade no aprendizado, além de dificuldades psicológicas e emocionais na adolescência e na juventude.*

*O tratamento dos pacientes portadores de fenilcetonúria se baseia, inicialmente e primordialmente, em uma dieta*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*balanceada à base de produtos específicos, importados de vários países, cujo custo a população carente não tem condições de arcar”.*

5. Na COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, a proposição foi aprovada por unanimidade, acatando o parecer do Relator, Deputado RAFAEL GUERRA.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

1. À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO compete examinar as proposições submetidas à Câmara ou suas Comissões, do ponto de vista da **constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa** (art. 32, III, a, do Regimento Interno).

2. O presente projeto de lei carrega para o Sistema Único de Saúde – o SUS – o tratamento dos casos de **hipotireoidismo congênito** e de **fenilcetonúria**, diagnosticado precocemente, fornecendo **medicamentos**, e no caso de fenilcetonúria, **leite especial**, importado, durante o primeiro ano de vida, através de unidades da rede pública ou conveniadas. É necessário, porém, que o paciente e seu responsável estejam cadastrados.

3. Reza o **art. 24** da Constituição Federal que

*“Art. 24. Compete à **União**, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concomitante sobre:*

.....  
....

**XII – proteção e defesa da saúde;**

.....”

dispondo o § 1º que

*“No âmbito da legislação concorrente, a competência da **União** limitar-se-á a estabelecer **normas gerais**”.*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

E é de **norma geral** que se cogita, isto é, de aplicação isonômica a todos os entes da Federação.

4. A questão da **saúde** é especialmente cuidada na Seção II, do Capítulo II, do Título VIII, da Constituição Federal, **arts. 196 a 200**.

Assim, o **art. 196**, estabelece que

*“**Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua **promoção, proteção e recuperação.**”*

e mais os **arts. 197 e 198**:

*“**Art. 197.** São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.”*

***Art. 198.** As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um **sistema único** organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*

*.....  
..”*

5. Ao que parece, pois, o projeto de lei em tela passa pelo crivo dos requisitos da **constitucionalidade, legalidade e juridicidade**, inserindo-se no contexto de proteção à saúde, incumbência do Poder Público.

Quanto à **regimentalidade** também não se vê obstáculo ao seu reconhecimento, já que cumpridos os trâmites do Regimento Interno.

No que concerne à **técnica legislativa**, há que se suprimir da proposição o **art. 5º**, que abriga cláusula de revogabilidade geral, tornada desnecessária pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

6 Assim sendo, o voto declara a **constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade** do **PL nº 6.234**, de **2002**, bem como dá pela **boa técnica legislativa**, suprimindo-se o art. 5º pela emenda acostada.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

**Deputado CARLOS SAMPAIO**  
**Relator**

30618401-122



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

### **PROJETO DE LEI Nº 6.234, DE 2002**

Dispõe sobre o tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e de fenilcetonúria, diagnosticados precocemente.

**Autor:** Deputado POMPEO DE MATTOS

**Relator:** Deputado CARLOS SAMPAIO

### **EMENDA SUPRESSIVA**

Fica suprimido o art. 5º, que está em dissonância com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

**Deputado CARLOS SAMPAIO**

**Relator**